

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE 2023

1. ENQUADRAMENTO

O Centro de Relações Laborais (CRL), instituído no âmbito do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social pelo Decreto-Lei n.º 189/2012, de 22 de agosto, tem por missão apoiar a negociação coletiva e assegurar o acompanhamento da evolução do emprego e da formação profissional, no quadro de uma gestão tripartida.

A composição atual do CRL está publicada no Despacho n.º 13181/2022, de 26 de outubro, da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, na 2º série do D.R.E. de 14 de novembro¹.

A presidência do plenário do CRL obedece ao modelo de rotação aprovada no Regulamento interno do CRL e conforme o n.º 7, do art. 4.º do Decreto-Lei, n. º189/2012, de 22 de agosto.

Nestes termos, entre janeiro e 13 de dezembro de 2023, foi presidente do CRL, o secretário executivo da UGT, Dr. Carlos Alves, do Grupo III, em representação das associações sindicais, e, desde 13 de dezembro, foi eleito o representante da CTP, Dr. Nuno Bernardo, do Grupo II, em representação das associações de empregadores.

O CRL é apoiado por uma equipa técnica coordenada por uma coordenadora executiva. Trata-se de um cargo de direção superior de 2.º grau e o único dirigente previsto na lei orgânica do CRL. O coordenador executivo tem as competências próprias previstas na lei, assim como aquelas que lhe forem delegadas ou subdelegadas (cfr. arts. 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 189/2012, de 22 de agosto).

Compete ao Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P. (IEFP) assegurar a afetação de recursos humanos necessários ao cumprimento da missão do CRL e suportar os encargos daí decorrentes, dado que o Centro de Relações Laborais não tem mapa de pessoal, conforme determina o art. 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LGTFP). Quanto aos recursos

¹ Ver 2^a série do D.R.E., parte C, de14-11-2022, pág. 124 e 125.



financeiros, é através do orçamento do IEFP que o CRL suporta a sua atividade (cfr. Art.9.º do Decreto-lei nº 189/2012, 22 de agosto) (ver anexo III).

No plano orçamental, a Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, aprovou o orçamento de Estado para 2023 e nos orçamentos de atividades dos serviços integrados e fundos autónomos, como é o caso do CRL, impôs o cumprimento cumulativo das seguintes medidas:

- a) a cativação de 15 % aplicada às dotações iniciais do agrupamento 02 «Aquisição de bens e serviços», inscritas nos orçamentos de atividades;
- b) a cativação de 25 % aplicada às dotações iniciais do agrupamento 02 das rúbricas relativas a «Papel», «Deslocações e estadas», «Estudos, pareceres, projetos e consultadoria» e «Outros trabalhos especializados»;
- c) ficaram ainda sujeitos a cativação (adicional) os valores que, após a aplicação do disposto nas alíneas anteriores, excedam em 7,5 % a execução do agrupamento 02 «Aquisição de bens e serviços» de 2021 (a execução do CRL em 2021, nas rúbricas 02 foi de 56.175 euros. Quadro 3).

O Centro de Relações Laborais apresenta uma dotação orçamental de 100.000,00 €, inscrita no âmbito do Programa 013 – Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Medida 064 – Outras Funções Económicas – Relações Gerais do Trabalho, Atividade 210 –Saúde, Higiene, Segurança e Direito no Trabalho (relações laborais) e Fonte de Financiamento 541 –Transferências de RP entre organismos².

Como em anos anteriores, em janeiro de 2023, já estavam programados os encargos relativos ao pagamento da onerosidade e da licença GERFIP, num total de 35 380 euros³; foram também considerados os valores decorrentes dos contratos plurianuais aprovados em 2022 e concluídos em 2023, relativos à coordenação científica dos relatórios do emprego e formação e da negociação coletiva de 2022, no valor de 16 706,25 euros.

Por outro lado, no que toca à aquisição de serviços, importa referir que a execução orçamental foi sujeita às regras seguintes da Lei do Orçamento de Estado⁴:

-

² As despesas com os trabalhadores são suportadas diretamente pelo IEFP (Cfr. art. 9.º do Decreto-Lei n.º 197/2012, de 22 de agosto). O orçamento gerido pelo CRL respeita apenas ao orçamento de atividade (rúbricas de bens e serviços).

³ Inicialmente, este valor correspondia ao pagamento da licença GERFIP 2023 (13.530€), bem como da onerosidade relativa a 2023 (21.850€), mas que foi reduzido posteriormente para 14.701,26 €. .

⁴ Art. 39.º Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro (LOE 2023), que mantém em vigor o artigo 64.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março (LOE2020), com algumas adaptações.



- i. Os encargos globais pagos com contratos de aquisição de serviços (...), não podem ultrapassar os encargos globais pagos em 2022 (acrescido de 2%).
- ii. Os valores pagos por contratos de aquisição de serviços e os compromissos assumidos que, em 2023, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto de contrato vigente em 2022 não podem ultrapassar, na sua globalidade, o montante pago em 2022 acrescido de 2 % (19.000 euros em 2022).
- iii. A celebração de um novo contrato de aquisição de serviços, com objeto diferente de contrato vigente em 2022, carece de autorização prévia da tutela, com a possibilidade de delegação, devendo o pedido ser acompanhado de indicação da compensação a efetuar para efeitos do cumprimento do disposto em (i).

Estas exigências só podem ser dispensadas por aprovação conjunta do membro do Governo responsável pela respetiva área setorial e pela área das finanças. Em síntese, a atividade do CRL foi, mais uma vez, condicionada pelo contexto orçamental.

Os quadros seguintes espelham a evolução do orçamento e a respetiva execução orçamental em 2023. O quadro 4 apresenta a execução de 2023 comparativamente com os últimos dois anos. Face a 2022, verifica-se uma ligeira descida na execução financeira, pois, em 2022, foi pago o estudo adjudicado à Universidade do Minho relativo "Economia Verde e a evolução do mercado de trabalho em Portugal".

Quadro 1 - CRL – dinâmica orçamental de 2023 e 2022 (informação a janeiro 2023)

	Orçamento	2022	2023
I	Orçamento aprovado	100.000	100.000
II	Cativos (a)	34.695	24.449
Ш	Dotação disponivel após cativos (I-II)	65.305	75.551
IV	GERFIP E ONEROSIDADE (b)	35.202	35.380
٧	Dotação disponivel após GERFIP E ONEROSIDADE (III-IV)	30.103	40.171

(a) Cativos incluem os iniciais, pela aplicação do Orçamento, e os adicionais, decorrentes do reforço de rubricas ao longo do ano. (b) o valor inicial da onerosidade, em janeiro de 2023, foi de

21.672€



CRL – valor das cativações 2023 e 2022 (quadro2)

(1) VALORES CATIVOS (inicial e subsequente)			
	ANO	2022	2023
Cativos iniciais		17.224,00	24.449,00
Cativos adicionais		17.471,00	0,00
Cativos totais/ANO		34.695,00	24.449,00

CRL - Pagamento em 2023 (quadro 3)

14.701,2
13.530,0
16.706,2
44.937,5

CRL – execução orçamental de 2023 (e nos últimos 2 anos) (quadro 4)

Síntese Orçamental		2021	2022	2023
Data e Consisi de (1)	Total	82.265	65.305	75.551
Dotação Corrigida(1)	02.02 - Aquisição de Serviços	68.871	61.222	68.915
Do so montos	Total	69.548	60.812	52.599
Pagamentos	02.02 - Aquisição de Serviços *	56.175	57.345	50.526
Grau de Execução %	Total	84,5%	93,1%	69,6%
	02.02 - Aquisição de Serviços	81,6%	93,7%	73,3%

⁽¹⁾ dotaçãao corrigida: valor orçamentado-cativos

Entretanto, o valor da onerosidade a suportar pelo CRL, a partir de 2023, passou de 21.672€ para 14.701,26€, uma vez que o pagamento da onerosidade deixou de incluir as partes comuns das frações.



2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS AO LONGO DO ANO DE 2023

2.1. Reuniões dos órgãos do CRL

i. Reuniões do Plenário do CRL

No decurso do ano de 2023, realizaram-se cinco reuniões do Plenário do CRL (em Anexo), que tiveram lugar nas seguintes datas: 7 de fevereiro, 24 de março, 22 de junho, 18 de outubro e 13 de dezembro.

ii. Reuniões das Comissões Científicas

Em 2023, a Comissão Científica para a área da negociação coletiva, cuja composição integra vários especialistas em negociação coletiva, provenientes de diferentes universidades portuguesas, reuniu uma vez, a 23 de maio, com o intuito de dar parecer sobre o relatório em causa, bem como debater outros projetos a desenvolver pelo CRL.

Esta Comissão Científica para a área da negociação coletiva integrou, na sua composição em 2023, os seguintes membros: Professores Doutores António Monteiro Fernandes, José João Abrantes, Luís Gonçalves da Silva e Maria do Rosário Palma Ramalho. Regista-se, em 2023, a entrada de dois novos académicos: Miguel Cabrita, em substituição de Daniel Bessa e João Leal Amado em substituição de José João Abrantes.

A Comissão Científica para a área do emprego e formação profissional, cuja composição integra vários especialistas em emprego e formação profissional, provenientes de diferentes universidades reuniu uma vez, no decurso do ano de 2023, a 23 de junho, a fim de refletir e dar parecer sobre o relatório, bem como sugerir ou debater outros eventuais projetos a desenvolver pelo CRL, nesta área.

Esta Comissão Científica para a área do emprego e formação profissional integrou, na sua composição, em 2023, os seguintes membros: os Professores Doutores António Figueiredo, Mário Caldeira Dias, Cristina Rodrigues, João Cerejeira e o Dr. Francisco Madelino.



2.2. Atividade desenvolvida pelo CRL

2.2.1. Evolução da negociação coletiva

i. Relatório anual sobre a evolução de negociação coletiva em 2022:

Foi elaborado o *Relatório anual sobre a evolução da negociação coletiva em 2022*, coordenado pela Prof.ª Doutora Cláudia Alexandra dos Santos Madaleno e realizado em colaboração com a equipa técnica do CRL. Trata-se do oitavo relatório desta edição anual, que analisa o universo de Instrumentos de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT), negociais e não negociais, enquadrados quer pelo Código do Trabalho (CT) quer pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP).

Cada Relatório anual assenta, numa análise estática, porque reportada a um determinado ano, mas onde se procura contextualizar os dados com referência aos anos anteriores, proporcionando, deste modo, uma perspetiva da dinâmica da contratação coletiva.

A estrutura do Relatório integra quatro partes:

- A) enunciado de alguns dados de enquadramento, quer quanto ao contexto económico quer quanto à evolução normativa e jurisprudencial;
- **B)** indicação, num plano geral e predominantemente quantitativo, das mudanças e desenvolvimentos registados na negociação coletiva em 2022, por contraposição à registada desde 2010;
- **c)** análise específica dos conteúdos da negociação coletiva desenvolvida em 2022, comparativamente ao ano anterior;
- **D)** estudo dos dados relativos à contratação coletiva na Administração Pública, a partir dos dados recolhidos pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público.

Como habitualmente, procurou-se perceber quais as tendências da negociação coletiva do ano e, na perspetiva do binómio aplicativo lei/convenção, promover o cotejo dos conteúdos convencionados face ao disposto na lei, onde convergem novos temas associados à digitalização da economia, às novas tecnologias, onde o teletrabalho assume um papel relevante, a par do tratamento dos aspetos



relativos aos direitos e deveres das partes, em especial, a proteção de dados, ao respeito pelos direitos de personalidade e a separação entre trabalho e a vida privada do trabalhador.

Por outro lado, e em articulação com os respetivos departamentos das Regiões Autónomas, dá-se continuidade à série de dados nacionais sobre a contratação coletiva, no período 2011-2022, o que permite retratar o conjunto de IRCT do Continente, da Região Autónoma da Madeira e da Região Autónoma dos Açores.

O relatório foi posteriormente editado, numa pequena edição em papel, distribuída por todos os organismos que integram o CRL. O sumário executivo foi traduzido em língua inglesa. Ambos disponíveis no *site* do CRL.

ii. A negociação coletiva em números

No seguimento da elaboração do *Relatório anual sobre a evolução da negociação coletiva em 2022*, o CRL tornou público e disponibilizou *online* um conjunto de informação quantitativa sobre a caraterização da negociação coletiva, organizada em quadros temáticos com dados de 2005 a 2022 (natureza quantitativa) e de 2022 (natureza quantitativa e qualitativa). O documento está disponível em versão portuguesa e inglesa, no *site* do CRL.

iii. A negociação coletiva em painéis de dados (PowerBI)

Tendo em vista a melhoria da divulgação do trabalho do CRL, foram criadas novas formas de disseminação da informação relativa ao *Relatório anual sobre a evolução da negociação coletiva em 2022*, através da construção de painéis de dados (PBI), utilizando o software PowerBI. Estes painéis encontram-se disponibilizados *online* e podem ser consultados no *site* do CRL.

iv. Apresentação pública do Relatório anual sobre a evolução da negociação coletiva em 2022:

Realizou-se no dia 29 de maio, no Salão Nobre do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social — MTSSS, na Praça de Londres, a apresentação pública do *Relatório anual sobre a evolução da negociação coletiva em 2022*. Após a apresentação do Relatório pelas autoras, seguiu-se um debate com representantes dos parceiros sociais, tendo em vista a partilha de experiências sobre os processos de negociação, a propósito das matérias associadas às eventualidades tratadas na



contratação coletiva. A sessão foi encerrada pela Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho.

v. Relatório sobre a evolução da negociação coletiva – coordenação científica:

Para apoio e coordenação deste relatório, foi designada a Prof.^a Doutora Cláudia Alexandra dos Santos Madaleno, da Universidade de Direito de Lisboa que, na qualidade de perita externa, elaborou e apresentou o guião do *Relatório anual sobre a evolução da negociação coletiva em 2022*.

Ainda neste ponto, foi igualmente designada a Prof. Doutora Catarina de Oliveira Carvalho, para a coordenação do *Relatório anual sobre a evolução da negociação coletiva em 2023*, a elaborar no decurso do ano de 2024.

vi. Estudo "A caraterização da contratação coletiva em Portugal – 1999 e 2019"

Em 2023, foi lançado pelo CRL um estudo sobre a caraterização da contratação coletiva em dois períodos distintos, com o propósito de estudar a dinâmica da contratação coletiva num período alargado de tempo.

Para o efeito, considerou-se adequado fazer um estudo comparativo da contratação coletiva nos anos de 1999 e de 2019, uma vez que o próprio quadro normativo é diferente, permitindo assim perceber em que medida os conteúdos da contratação coletiva acompanharam as alterações da lei.

Como habitualmente, o desenho do caderno de encargos, a definição do roteiro e o acompanhamento deste estudo beneficiou de uma discussão tripartida, no âmbito do Centro de Relações Laborais, que associa os contributos dos parceiros sociais, dos representantes da administração pública e da academia. A elaboração deste estudo conta com a coordenação científica do Mestre Pedro Furtado Martins, e é desenvolvido em articulação com a equipa do CRL.

2.2.2. Evolução do emprego e formação profissional

i. Relatórios sobre emprego e formação:

Foram elaborados, pela equipa técnica do CRL, os *Relatórios sobre Emprego e Formação*, relativos ao ano de 2022 e ao 1º semestre de 2023, coordenados pela Prof.ª Doutora Sílvia Sousa, da Universidade do Minho, na qualidade de perita externa contratada para a área do emprego e formação



profissional. Estes relatórios têm como objetivo disponibilizar um conjunto de informações tratadas sobre as questões do emprego e da formação, e de outras variáveis com elas mais relacionadas, que contribuam para uma melhor compreensão do contexto do mercado de trabalho, bem como do contexto económico e institucional que o enquadra.

O Relatório sobre emprego e formação de 2022 procurou igualmente analisar um conjunto de matérias adicionais propostas pelos diferentes membros do CRL e pela Comissão Científica. Embora os conteúdos e as fontes de informação principais sejam os mesmos, procurou-se alargar o âmbito de análise e reordenar a sua estrutura em função dos temas tratados, com o objetivo de facilitar a leitura e a apreensão das questões em análise. A sequência das temáticas abordadas é a seguinte:

- No primeiro capítulo, é feito o enquadramento macroeconómico, destacando a evolução dos principais agregados, em Portugal e na UE, que condicionam a dinâmica do mercado de trabalho;
- No segundo capítulo, descreve-se a evolução da oferta de trabalho e analisam-se os principais indicadores do mercado de trabalho em termos de emprego, desemprego e fluxos emprego-desemprego-inatividade, de forma desagregada de acordo com diferentes dimensões: sexo, grupos etários, níveis de escolaridade, regiões, setores de atividade, tipo de contrato, duração do desemprego, entre outras. É também descrito o emprego nas entidades do Setor Público.
- Nos terceiro e quarto capítulos, apresenta-se a estrutura empresarial e caracteriza-se o emprego nas empresas. Para além da informação obtida nos *Quadros de Pessoal*, nomeadamente dados relativos ao emprego nas empresas e às remunerações, foi mantida a secção com a repartição do pessoal ao serviço nas empresas por nível de intensidade tecnológica e de conhecimento, tendo como fonte o SCIE (INE) e apresentados dados sobre trabalhadores estrangeiros. No quarto capítulo, são também apresentados os ganhos e as remunerações da Administração Pública.
- Por último, no quinto capítulo, são analisadas as políticas ativas de emprego e a formação profissional, privilegiando a informação proveniente do IEFP, enquanto agente central da atividade formativa de caráter profissional e de serviço público de emprego. Assim, são analisadas a formação profissional, as medidas de apoio ao emprego e as ofertas e colocações dos Centros de Emprego.



O relatório foi posteriormente editado, numa pequena edição em papel, distribuída por todos os organismos que integram o CRL. O sumário executivo foi traduzido em língua inglesa. Ambos estão disponíveis no *site* do CRL.

ii. Apresentação pública do Relatório sobre Emprego e Formação:

Realizou-se no dia 12 de julho, no Salão Nobre do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social – MTSSS, na Praça de Londres, a apresentação pública do *Relatório sobre Emprego e Formação Profissional* relativo ao ano de 2022. Após a apresentação do Relatório pelas autoras, seguiu-se um debate sobre as qualificações profissionais com especialistas do setor. A sessão foi encerrada pelo Secretário de Estado do Emprego, Miguel Fontes.

iii. Relatórios sobre emprego e formação – coordenação científica:

Para apoio e coordenação destes relatórios, foi designada a Prof.ª Doutora Sílvia Sousa, da Universidade do Minho que, na qualidade de perita externa, elaborou e apresentou os respetivos guiões reportados a 2022 e 1.º semestre de 2023.

Ainda neste ponto, foi igualmente designado o Prof. Doutor José Varejão para a coordenação dos Relatórios de Emprego e Formação a elaborar no decurso do ano de 2024, reportados a 2023 e ao primeiro semestre de 2024.

iv. Emprego e formação em números

Na sequência da elaboração dos Relatórios sobre Emprego e Formação de 2022 e do 1º semestre de 2023, o CRL tornou público e disponível *online* um conjunto de informação numérica sobre a caracterização do mercado de trabalho no decurso da última década. O documento está disponível em versão portuguesa e inglesa, no *site* do CRL.

v. Emprego e formação em painéis de dados (PowerBI)

Tendo em vista a melhoria da divulgação do trabalho do CRL, e de acordo com a orientação do seu Plenário, foram criadas novas formas de disseminação da informação relativa aos *Relatórios sobre Emprego e Formação*, referentes ao ano de 2022 e ao 1º semestre de 2023, através da construção de painéis de dados (PBI), utilizando o software PowerBI. Estes painéis encontram-se disponibilizados *online* e podem ser consultados no *site* do CRL.



2.2.3. Cooperação com organizações nacionais e internacionais

i. Contributo do CRL para o relatório da CITE sobre o progresso da igualdade entre homens e mulheres:

Ao nível da cooperação com outros organismos da Administração Pública, o CRL deu o seu contributo para o "Relatório sobre o Progresso da Igualdade entre Mulheres e Homens no Trabalho, no Emprego e na Formação Profissional - Lei n.º 10/2001, de 21 de maio", tendo para o efeito procedido à sistematização de alguns conteúdos relativos à igualdade e não discriminação na contratação coletiva, analisados no seu Relatório Anual sobre a Evolução da Negociação Coletiva em 2022. Cumpre salientar que os contributos do CRL correspondem a um capítulo autónomo no referido Relatório, apresentado à Assembleia da República em setembro de 2023.

ii. Publicação sobre a evolução da negociação coletiva em Portugal e em Espanha

Em parceria com a Comissão Consultiva Nacional de Convénios Coletivos (CCNCC), deu-se continuidade ao estudo da negociação coletiva em Portugal e Espanha. Esta iniciativa tem como propósito apresentar uma panorâmica geral sobre a evolução da contratação coletiva nos dois países, o respetivo contexto normativo e a jurisprudência relevante no domínio da contratação coletiva. Nesse sentido, foi elaborada, entre as equipas do CRL e da CCNCC, a segunda edição da publicação conjunta sobre a contratação da negociação coletiva na Península Ibérica, para o período entre 2019 e 2022.

iii. Visita de estudo à Comision Consultiva Nacional de convénios coletivos (CCNCC)

Fruto da estreita relação com os congéneres espanhóis e a convite da CCNCC, o CRL realizou, a 26 de setembro de 2023, uma visita de estudo a Madrid, tendo em vista a continuação e o aprofundamento do trabalho conjunto que o CRL tem vindo a desenvolver com esse Organismo. Nesta sessão foi apresentada a segunda edição da publicação conjunta sobre a contratação da negociação coletiva na Península Ibérica entre 2019 e 2022 e decorreu um profícuo debate sobre as alterações mais recentes da contratação coletiva em Espanha e Portugal.



i. Relatório "O Mercado de Trabalho e a mobilidade laboral entre o Algarve e a Andaluzia"

No decurso de 2023, o CRL, em articulação com o IEFP e com os parceiros do projeto *EURES* transfronteiriço, colaborou novamente na elaboração do relatório sobre "O Mercado de Trabalho e a mobilidade laboral entre o Algarve e a Andaluzia". Este relatório pretende ser um projeto-piloto a alargar a outras regiões do País onde o IEFP promove projetos transfronteiriços.

2.2.4. Outras atividades

ii. Desenvolvimento do Website e da Extranet do CRL:

Ao longo de 2023, deu-se continuidade ao desenvolvimento do *site* e da *extranet* do CRL, através de uma regular disponibilização *online* de diversos conteúdos temáticos e atividades do CRL.

iii. Versão bilingue do Website do CRL:

Durante o ano de 2023, para além da continuidade do desenvolvimento do *site* do CRL, através da regular disponibilização *online* de diversos conteúdos temáticos e atividades do CRL em português, deu-se igualmente continuidade à disponibilização de conteúdos em língua inglesa.

3. SÍNTESE

De salientar que, no ano de 2023, foi possível concretizar a grande maioria das atividades que tinham sido aprovadas no respetivo plano de atividades.

Lisboa, 8 de fevereiro de 2024



Anexo I

CENTRO DE RELAÇÕES LABORAIS

– Composição:

Presidente: Nuno Bernardo (CTP)⁵

Carlos M. Anjos Alves (UGT)⁶

Organizações Governamentais:

- ACT Jorge Manuel M. Pinhal (efetivo); Maria José Tiago (suplente)
- DGERT Ana Couto de Olim (DGERT); Rui Abreu (suplente)
- GEP Antonieta do Rosário P. S. Ministro (efetivo); Teresa Feliciano (suplente)
- IEFP **Domingos Ferreira Lopes** (efetivo); Adélia Ferreira da Costa (suplente)

Organizações Sindicais:

- CGTP-IN Ana Isabel Lopes Pires (efetivo); Fernando José Machado Gomes (suplente)
 José Rodrigues Oliveira (efetivo); Fernando M. Pires Marques (suplente)
- UGT António Rui Carvalho Miranda (efetivo); Soraia Duarte Estevez (suplente)
 José Oliveira Vinagre (suplente)

Organizações Empresariais:

- CAP Cristina Nagy Morais (efetivo); Pedro M. R. da Costa Pereira (suplente)
- CCP Ana Cristina Vieira (efetivo); Alberto J. Lança de Sá e Mello (suplente)
- CIP **Nuno M. V. Nobre Biscaya** (efetivo); Luís Henrique (suplente)
- CTP Nuno da Silva Bernardo (efetivo); António A. da Cunha Abrantes (suplente)



Anexo II

COMISSÃO CIENTÍFICA PARA O EMPREGO E FORMAÇÃO

Composição

- António Figueiredo (Quaternnaire)
- Cristina Rodrigues (Universidade NOVA de Lisboa)
- Francisco Madelino (ISCTE)
- Mário Caldeira Dias (Universidade Lusíada)
- João Cerejeira (Universidade do Minho)

COMISSÃO CIENTÍFICA PARA A NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Composição

- António Monteiro Fernandes (ISCTE-IUL)
- Miguel Cabrita (ISCTE-IUL)
- José João Abrantes⁷ (Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa)
- João Leal Amado⁸ (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra)
- Luis Gonçalves da Silva (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)
- Maria do Rosário Palma Ramalho (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)

 $^{^{7}}$ Até 18 de outubro de 2023.

 $^{^{8}}$ A partir de 19 de outubro de 2023.



Anexo III

Equipa CRL

Composição 9

- Paula Agapito (Coordenadora Executiva)
- Teresa Pina Amaro (Técnica Superior)
- Alexandra Moreira (Técnica Superior)
- Manuel Alves (Técnico Superior)
- Micael Pereira (Técnico Superior)
- Humberto Tomás (Técnico Superior)
- Marcelo Fagundes Faria (Assistente Técnico)¹⁰

Reuniões de Plenário do Centro de Relações Laborais

Número de Reunião	Data	
01/2023	07.02.2023	
02/2023	24.03.2023	
03/2023	22.06.2023	
04/2023	18.10.2023	
05/2023	13.12.2023	

_

⁹ Em 2023, a equipa técnica do CRL integrou cinco técnicos superiores, um assistente técnico e uma coordenadora executiva. Três são trabalhadores do IEFP, com contrato de trabalho em funções públicas, afetos ao CRL; dois técnicos superiores encontram-se em regime de mobilidade – um trabalhador pertence ao mapa de pessoal da DGERT e outro ao mapa de pessoal da Direção regional de educação de Lisboa. O assistente técnico encontra-se igualmente em regime de mobilidade do mapa da Câmara Municipal de Lisboa.

¹⁰ A partir de junho de 2023.